

# 31 JUL 1993 Recesso questionado

**H**oje é o último dia do atual recesso parlamentar. Amanhã devem recommençar as sessões legislativas mas, quanto a isto, o calendário e o painel eletrônico de votação do Congresso Nacional dificilmente chegarão a um acordo, a despeito da pesada pauta a ser analisada pelas mesas da Câmara e do Senado. As lideranças oposicionistas garantem dispor de capacidade de mobilização necessária à votação de projetos de grande repercussão junto ao eleitorado e até à obtenção da maioria exigida para fazer prevalecer seu projeto de lei salarial sobre o veto presidencial anunciado ontem. De sua parte, o Executivo parece desdenhar da oposição ao vetar o projeto de lei salarial às vésperas do reinício das sessões.

Como a indicar que o Governo está mais próximo da realidade, as mesas das duas casas legislativas já preparam um cronograma de atividades que contempla o chamado "esforço concentrado" durante o qual entrariam em votação as questões mais urgentes. As matérias que se candidatam a esta condição seriam suficientes para que se desse como produtivo todo um semestre legislativo. São projetos importantíssimos, que interessam a milhões de brasileiros e afetam profundamente a vida do País. Para os amantes da controvérsia, a pauta é um manjar composto por iguarias como a Lei Agrícola e a regulamentação do limite de 12% reais para as taxas de juros; da Lei de Diretrizes e Bases da Educação aos planos de Benefícios e de Custeio da Previdência, para não falar das últimas medidas

provisórias baixadas pelo Executivo.

As chances de que os parlamentares que se candidatam à reeleição possam exibir sua participação no debate de tais projetos durante a campanha eleitoral são, contudo, escassas. Basta mencionar que, dentre os artigos da Constituição promulgada em 1988 ainda pendentes de regulamentação, está o 58 que, em seu parágrafo 4º, previa o funcionamento de uma comissão representativa do Congresso que desenvolveria suas atividades durante os recessos. Sem a regulamentação deste dispositivo, o Congresso viveu nas últimas semanas no maior abandono de que se tem notícia. Nestas circunstâncias ganha súbita atualidade as palavras com que Eça de Queirós iniciava, em maio de 1871, seu artigo para a revista satírica *As Farpas*: "A opinião (pública) tem pela Câmara dos Deputados um sentimento unânime e unanimemente declarado: o tédio".

Há uma melancólica ironia no fato de que Eça seja tão atual no momento em que o governo e oposição divergem quanto ao sentido, mas concordam quanto à necessidade de modernizar o País. Com razão, embora com outras intenções, Chico Buarque sentencia em seu *Fado Tropical* que "Esta terra ainda vai tornar-se um imenso Portugal". Como Eça deve-se ressaltar que "indivíduo por indivíduo" há no Legislativo figuras de relevo poderoso, mas como corpo constituído, "a Câmara tem falta absoluta das qualidades que a ilustrariam e a abundância de defeitos que a desonram".